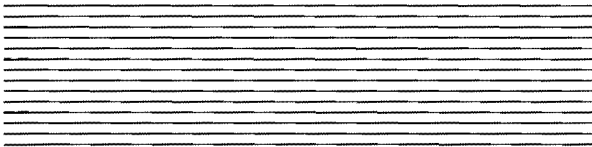


HUMBERTO THEODORO JÚNIOR

# PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA



- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa  
Copyright © 2018 by

**EDITORA FORENSE LTDA.**

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional  
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ  
Tel.: (21) 3543-0770 – Fax: (21) 3543-0896  
faleconosco@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).  
Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- Capa: Fabricio Vale

- Fechamento desta edição: 04.05.2018

1123328

- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**  
**SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.**

J92p

Júnior, Humberto Theodoro

Prescrição e decadência / Humberto Theodoro Júnior. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Forense, 2018.

Inclui bibliografia

ISBN 978853098117-4

1. Direito civil - Brasil. I. Título.

18-49433

CDU: 347(81)

Leandra Felix da Cruz - Bibliotecária - CRB-7/6135

## SUMÁRIO

<b>Capítulo I – Da Prescrição e da Decadência .....</b>	<b>1</b>
1. O efeito do decurso do tempo sobre os direitos subjetivos.....	1
2. Prescrição e decadência .....	2
<b>Capítulo II – Da Prescrição .....</b>	<b>5</b>
3. A prescrição como extinção da pretensão.....	5
4. Visão histórica.....	10
5. Não é o direito que prescreve.....	12
6. Fundamento da prescrição .....	16
7. Prescritibilidade e imprescritibilidade .....	18
8. Sobre a imprescritibilidade da ação reivindicatória.....	23
9. A prescrição como evento próprio das pretensões patrimoniais.....	25
10. Requisitos da prescrição .....	26
11. A má-fé não é requisito da prescrição .....	27
12. Contagem do prazo prescricional .....	28
12.1. A <i>actio nata</i> no direito brasileiro e no STJ.....	30
12.2. A contagem do prazo nos diversos tipos de obrigações.....	34
12.3. Alguns julgados do STJ e do TJMG sobre o tema.....	37
12.4. Prazo para propositura da anulatória .....	51
12.5. Ônus da prova.....	52
13. Efeitos da prescrição.....	52
14. Ação, pretensão e exceção .....	54
15. Prescritibilidade das exceções.....	56
16. Direito comparado .....	59
<b>Capítulo III – Da Renúncia à Prescrição.....</b>	<b>61</b>
17. Renúncia à prescrição .....	61
18. Renúncia expressa e renúncia tácita.....	64
19. Capacidade para renunciar à prescrição .....	67
20. Efeito da renúncia.....	68
21. Renúncia prejudicial a terceiros .....	68
22. Ação do terceiro prejudicado.....	69

**Capítulo IV – Das Regras sobre Prazo e Momento de Invocação da Prescrição..... 71**

23.	Natureza das regras que fixam os prazos de prescrição .....	71
24.	A inderrogabilidade dos prazos prescricionais no direito brasileiro.....	72
25.	Momento de exercer a exceção de prescrição.....	73
26.	Arguição em recurso extraordinário ou especial .....	75
27.	Prescrição da execução .....	76
27.1.	Prescrição na fase de liquidação de sentença .....	78
27.2.	Prescrição da execução individual de sentença coletiva em ação civil pública .....	79
28.	Prescrição da execução civil da sentença penal.....	80
29.	Acolhida judicial da prescrição <i>ex officio</i> .....	81
30.	Declaração <i>ex officio</i> da prescrição intercorrente em execução fiscal .....	82
31.	A indisponibilidade dos direitos do absolutamente incapaz reconhecida pelo art. 194 do CC/2002.....	83
32.	Arguição pelo Ministério Público .....	84
33.	Arguição pelo curador .....	84
34.	A reforma do Código de Processo Civil de 1973 diante do sistema de prescrição do direito material .....	85
35.	A necessidade de um esforço de interpretação sistemática para compatibilizar a regra processual de 1973 com a matriz da prescrição construída pelo direito material .....	87
36.	O resultado a ser obtido por meio das técnicas da hermenêutica sistemática e teleológica.....	95
37.	Um grave equívoco ideológico cometido pelo legislador reformador .....	101
38.	Conclusões recomendáveis em face da revogação do art. 194 do Código Civil .....	104

**Capítulo V – Da Responsabilidade Civil pela Ocorência da Prescrição ..... 107**

39.	Responsabilidade civil do assistente dos relativamente incapazes.....	107
40.	Os absolutamente incapazes.....	108
41.	Relativamente incapaz que não tem representante legal .....	109
42.	Representante de pessoa jurídica.....	109
43.	A prescrição em face dos sucessores .....	110
44.	Prescrição a favor do sucessor .....	111

**Capítulo VI – Das Causas que Impedem ou Suspendem a Prescrição..... 113**

45.	Obstáculos ao curso da prescrição .....	113
46.	As causas de impedimento ou suspensão.....	114
47.	A suspensão da prescrição por força maior .....	114

48.	A prescrição e o dolo ou coação contra o titular da pretensão.....	117
49.	Impedimento ou suspensão por causas subjetivas bilaterais .....	118
50.	Cônjuges .....	118
51.	Cônjuges separados.....	120
52.	Ascendentes e descendentes.....	120
53.	Tutela e curatela .....	122
54.	Impedimento ou suspensão subjetiva unilateral .....	122
55.	Os absolutamente incapazes.....	123
55.1.	Os curatelados impossibilitados de manifestar a vontade .....	124
55.2.	Prazos decadenciais.....	126
56.	Os ausentes do País.....	126
57.	Serviço de guerra .....	127
58.	Impedimento objetivo da prescrição .....	128
59.	Condição suspensiva.....	128
60.	Prazo vencido.....	130
61.	Evicção .....	131
62.	A ação civil e a ação penal.....	132
63.	Os credores solidários e a suspensão da prescrição .....	135

## **Capítulo VII – Das Causas que Interrompem a Prescrição .....** 137

64.	Interrupção da prescrição.....	137
65.	Causas naturais de interrupção .....	138
66.	Oportunidade da interrupção.....	139
67.	Unicidade da interrupção.....	140
68.	Causas de interrupção.....	143
69.	Citação ou ajuizamento da ação .....	143
70.	Dinâmica da interrupção da prescrição por meio da citação.....	144
70.1.	Regras processuais a observar.....	146
70.2.	Prazos do CPC.....	148
70.3.	Suprimento da citação .....	149
70.4.	Extinção do processo sem resolução do mérito .....	150
70.5.	Citação pessoal .....	151
70.6.	Citação e mora pré-constituída .....	151
70.7.	Alguns julgados do STJ sobre interrupção da prescrição pela citação .....	154
71.	Protesto judicial .....	157
72.	Protesto cambial .....	158
72.1.	Interpelação extrajudicial.....	160
73.	Apresentação do título de crédito em juízo sucessório .....	161

74.	Apresentação do título de crédito em concurso de credores .....	161
75.	Ato judicial de constituição em mora do devedor .....	163
76.	Reconhecimento do direito pelo devedor .....	166
77.	Retomada da prescrição.....	167
78.	Processo anulado ou extinto sem resolução de mérito.....	169
78.1.	Quando a citação não interrompe a prescrição.....	171
78.2.	Liminar que inibe a ação do credor .....	172
79.	Prescrição intercorrente.....	173
79.1.	A prescrição intercorrente e o Código de Processo Civil de 2015 ..	175
79.2.	A prescrição intercorrente e a jurisprudência do STJ anterior ao CPC/2015 .....	178
80.	Legitimação para promover a interrupção da prescrição .....	180
81.	Limites subjetivos da interrupção da prescrição .....	182
82.	Obrigações solidárias .....	182
83.	A morte do devedor solidário.....	183
84.	Fiador .....	185
85.	Litisconsórcio necessário e interrupção da prescrição .....	186
86.	Limites objetivos da interrupção .....	189
<b>Capítulo VIII – Dos Prazos da Prescrição. Generalidades .....</b>		<b>191</b>
87.	Inovações .....	191
87.1.	A prescrição e o Código de Defesa do Consumidor .....	192
87.2.	Particularidades da prescrição e da decadência, em matéria de responsabilidade civil, segundo o Código de Defesa do Consumidor.....	194
88.	Regime da prescrição do crédito tributário .....	197
88.1.	O regime da prescrição em face da execução fiscal .....	199
89.	O regime da prescrição em relação aos créditos trabalhistas .....	200
89.1.	Prescrição e decadência em relação aos créditos de relação de trabalho.....	200
89.2.	Regra geral dos prazos prescricionais.....	201
89.3.	Prescrição relativa a acidente de trabalho .....	202
89.4.	Prescrição relativa às verbas de FGTS .....	203
89.5.	Prescrição total ou parcial, em caso de prestações sucessivas.....	204
89.6.	Interrupção da prescrição .....	206
89.7.	Prescrição intercorrente .....	206
90.	A prescrição e o direito intertemporal.....	207
90.1.	A necessidade de submeter-se aos princípios básicos do direito intertemporal .....	211

90.2.	Compatibilização do art. 2.028 com o princípio da irretroatividade das leis.....	212
<b>Capítulo IX – Dos Prazos de Prescrição no Código Civil .....</b>		<b>215</b>
91.	Prazo ordinário de prescrição.....	215
92.	Ações reais e ações pessoais .....	217
93.	Responsabilidade contratual.....	219
93.1.	Alguns julgados do STJ sobre descumprimento contratual .....	223
94.	Cálculo do prazo.....	225
94.1.	Definição do termo inicial .....	225
95.	A redução da prescrição e o direito intertemporal .....	227
96.	Prescrição anual .....	228
97.	Hospedeiros e fornecedores de víveres para consumo no próprio estabelecimento .....	229
98.	Contrato de seguro .....	230
98.1.	Seguro de responsabilidade civil .....	231
98.2.	Prescrição em face do terceiro beneficiário do seguro.....	232
98.3.	Seguro em grupo .....	233
98.4.	Comunicação do sinistro ao segurador e o começo da fluência da prescrição .....	234
98.5.	O posicionamento do STJ sobre o tema .....	235
98.6.	Prescrição diferente na previsão do CDC e do CC.....	237
98.7.	Evolução da jurisprudência sobre a contagem da prescrição em caso de seguro .....	237
98.8.	A prescrição do contrato de seguro e o Código de Defesa do Consumidor .....	241
98.9.	Alguns julgados do STJ sobre o tema de seguros.....	242
99.	Custas, emolumentos e honorários.....	247
100.	Perito avaliador .....	248
101.	Liquidação da sociedade.....	249
102.	Pensão alimentícia.....	250
102.1.	Pensão alimentícia solvida por terceiro.....	251
102.2.	Pensão alimentícia decorrente da prática de ato ilícito .....	252
103.	Aluguéis de imóveis.....	252
104.	Rendas temporárias ou vitalícias.....	253
105.	Juros, dividendos e prestações acessórias.....	254
105.1.	Correção monetária .....	256
106.	Enriquecimento sem causa.....	257
107.	Repetição de indébito .....	258
107.1.	Visão pretoriana moderna do enriquecimento sem causa .....	259

107.2.	Observações conclusivas .....	261
107.3.	Alguns julgados do STJ sobre o tema .....	262
108.	Reparação civil do dano <i>ex delicto</i> .....	269
108.1.	Responsabilidade indenizatória do Poder Público e de exploradores de serviços públicos .....	271
108.2.	Dano ocorrido durante a relação trabalhista .....	272
109.	Restituição de lucros ou dividendos indevidos .....	273
110.	Pretensões derivadas de violação da lei ou dos estatutos sociais .....	274
110.1.	Fundadores da sociedade anônima .....	274
110.2.	Administradores e fiscais .....	275
110.3.	Liquidante .....	276
111.	Títulos de crédito .....	276
111.1.	Títulos cambiários e cheque .....	277
111.2.	Debêntures .....	281
112.	Beneficiário do seguro .....	283
113.	Prescrição entre tutor e pupilo .....	284
114.	Dívidas líquidas documentadas .....	286
114.1.	Jurisprudência do STJ sobre o tema .....	286
115.	Profissionais liberais, procuradores judiciais, curadores e professores .....	288
115.1.	Honorários advocatícios .....	289
116.	Recuperação das despesas processuais .....	291
<b>Capítulo X – Da Prescrição em Face da Fazenda Pública e dos Contratos Regulados por Leis Especiais .....</b>		<b>293</b>
117.	Fazenda Pública, entidades paraestatais e concessionários de serviços públicos .....	293
117.1.	Prescrição de reparação por desapropriação indireta .....	298
117.2.	Reparação ao erário .....	301
117.3.	Ação de indenização contra a Administração Pública .....	308
117.4.	Prescrição dos benefícios previdenciários .....	312
118.	Prazos de prescrição aplicados a contratos regulados em lei especial .....	312
<b>Capítulo XI – Da Decadência .....</b>		<b>315</b>
119.	O regime velho .....	315
120.	O regime do novo Código Civil .....	316
121.	A virtude da solução encontrada pelo Código Civil .....	318
122.	Conexão do direito material com o direito processual .....	320
123.	Fundamento da decadência .....	321
124.	Direito intertemporal .....	322
125.	Decadência e direito adquirido .....	323



126.	A fatalidade do prazo de decadência .....	324
127.	O termo final do prazo de decadência.....	326
128.	A decadência no âmbito do direito processual.....	337
128.1.	Prescrição e decadência nas relações de consumo.....	340
129.	Prejuízos de incapazes por culpa dos representantes legais.....	343
130.	Decadência e pessoa jurídica .....	345
131.	Renúncia da decadência .....	345
132.	Decretação da decadência <i>ex officio</i> .....	347
133.	Decadência convencional.....	349
134.	Julgamento de improcedência liminar do pedido.....	350
135.	Alguns julgados do STJ relativos ao prazo de decadência .....	350
<b>Índice Alfabético-Remissivo</b> .....		357
<b>Índice Onomástico</b> .....		369
<b>Bibliografia</b> .....		375